



Sindicato dos Professores
MADEIRA

30 anos com os Professores
e Educadores

PROF

N.º 82 - Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro de 2009 • Directora: Marília Azevedo

▶ Eleições SPM

A eleição dos órgãos directivos do SPM para o triénio 2009/12 está marcada para 15 de Maio. Até 31 de Março, podem ser apresentadas listas concorrentes.



Página 19

▶ Prof.^a Regina Marques (ESSE Setúbal) à Prof Magazine

«Gostaria mesmo que pudéssemos ter uma Escola que fosse lugar de prazer»

Páginas 6 - 11

▶ Petição aguarda decisão da maioria parlamentar



Página 20

SUMÁRIO

EDITORIAL	3
REGISTO BIOGRÁFICO: Lurdes Fernandes	4
DISCURSO DIRECTO: Prof.ª Regina Marques (ESSE Setúbal)	6
SECTORIAL	
O ECD-RAM e o 1º Ciclo do Ensino Básico! Vias alternativas ao ensino regular: Fracassos e sucessos em tempo de balanço	12
A avaliação de desempenho	13
Por um contrato colectivo de trabalho para as escolas profissionais	14
ACÇÃO SINDICAL	
Concursos Nacionais 2009/2010: Nova Legislação reflecte prepotência do ME	17
Aposentação dos docentes do 1º Ciclo: Governo da República não cumpre compromisso	18
Edital: Eleições SPM	19
Petição na Assembleia Legislativa da RAM: Recuperação do tempo de serviço nas mãos da maioria parlamentar	20
Jornada de Luta de 3/12: Greve e Concentração com adesão expressiva	21
NOTAS JURÍDICAS: Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações	22
INTERVALO:	
Festa de Natal anima filhos dos Sócios	23
Regalias/Descontos: Novos Protocolos	23
PAPO-PRÓ-AR	
Festa de Natal 2008	I
Canção para embalar o Menino	II
Memória de um Natal	II
Livros que me marcaram	III
Recordando uma viagem à Turquia:	
Uma tarde no Grã-Bazar	IV

APONTAMENTOS



JOÃO SOUSA
Vice-Coordenador do SPM



Avaliação de Desempenho: Neste n.º da Prof Magazine, o tema de fundo é a avaliação de desempenho docente. A razão principal desta opção temática prende-se essencialmente com a proximidade da apresentação, por parte da SREC, da sua proposta de modelo de avaliação. Como é sabido, a equipa de trabalho que a tutela constituiu para produzir esse instrumento iniciou funções a 11 de Março. O SPM integra-a e será o porta-voz das justas aspirações dos seus sócios nesta matéria. Daí a importância da reflexão que a nossa revista promove junto da classe docente, entrevistando uma docente universitária, a Prof.ª Regina Marques, e disponibilizando um inquérito sobre esta matéria junto dos professores e educadores.

Petição: É seguramente uma das petições entradas na ALRAM com maior número de subscritores – cerca de 4.000. O SPM fez tudo o que estava ao seu alcance para que seja corrigida a injustiça da perda do tempo de serviço efectivamente prestando entre 30/8/05 e 31/12/07. Agora a pressão está toda na maioria parlamentar. Será que o PSD-M terá coragem para defraudar as expectativas de tantos funcionários públicos?

Eleições SPM: As organizações verdadeiramente democráticas elegem os seus órgãos directivos em eleições internas. O SPM não foge a essa regra. Perspectiva-se um debate aceso entre pelo menos duas listas concorrentes. Espera-se que dele resulte o fortalecimento e a renovação do Sindicato para que a sua missão possa ser melhor cumprida.

FICHA TÉCNICA

PROF - Publicação do SPM
(Sindicato dos Professores da Madeira)

PROPRIEDADE, REDACÇÃO
E ADMINISTRAÇÃO:
Sindicato dos Professores da Madeira
Rua Elias Garcia, Bloco V, 1º A
9054-525 Funchal
Tels: 291 206 360/1
Fax: 291 206 369
E-mail: spm@spm-ram.org

www.spm-ram.org

DIRECTORA: Marília Azevedo

CONSELHO DE COORDENAÇÃO:
Comissão Executiva do SPM

COORDENADOR-EDITOR:
João Sousa

"DE PAPO PRÓ AR"
Coordenação-edição:
Depart. Aposentados.

COLABORADORES NESTA EDIÇÃO:
Adília Andrade, Amélia Carreira, Dulce
Gonçalves, Maria das Dores Prazeres e
Severiana Pinto.

ARTE GRÁFICA: Trampolim
PERIODICIDADE: Trimestral
IMPRESSÃO: O Liberal
TIRAGEM MÉDIA: 4.000 exemplares

O PROF está aberto à colaboração dos professores, particularmente os da RAM, mesmo quando não solicitada. Reserva-se, todavia, o direito de condensar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível e do Estatuto Editorial desta publicação. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



Avaliação e Eleições



1 - Este número da revista Prof. faz uma abordagem ao tema que se tornou central quando se fala de educação e de sistema educativo: a avaliação de desempenho docente.

Esta centralidade, que pode ser discutível, está indelevelmente ligada à relação directa entre a avaliação de desempenho e a progressão na carreira. Esta relação não pode ser analisada de forma despidianda, pelo contrário, é efectivamente a existência desta relação directa que tanto incómodo e tanta polémica tem levantado em torno da avaliação de desempenho. Não questionando a importância da avaliação como forma de regular a Escola Pública que se quer de superior qualidade, já o modelo subjacente a esta avaliação pode e tem que ser questionado. A concepção e adopção de um modelo de avaliação tem que ter em conta a forma como os avaliados, concretamente, os docentes se vão apropriar desse modelo, ou seja, a forma como se identificam com os seus princípios, com as metodologias e com os instrumentos que lhe são inerentes.

A identificação com o modelo promove o seu reconhecimento, validade e utilidade. Desta forma, a avaliação de desempenho entra na rotina escolar e educativa sem provocar ruídos perturbadores do normal funcionamento de uma estabelecimento de educação e ensino.

Da primeira análise aos resultados da consulta que o SPM promoveu junto dos docentes sobressai que a avaliação de de-

sempenho deverá ser simples de forma a não consumir mais tempo, recursos e meios que os estritamente necessários à consecução dos seus objectivos. E esses objectivos não podem ser, nunca, o de catalogar os docentes em "bons", "maus" e "assim-assim". Os objectivos da avaliação de desempenho docente deverão promover e recentrar o trabalho das escolas na melhoria das aprendizagens dos alunos, na melhoria do sistema educativo. É na persecução destes objectivos que deve estar todo o empenho dos professores.

► **Os objectivos da avaliação de desempenho docente deverão promover e recentrar o trabalho das escolas na melhoria das aprendizagens dos alunos, na melhoria do sistema educativo.**

2 - A essência da vida democrática das organizações radica e tem a sua expressão mais visível e nos actos eleitorais. Estes são momentos privilegiados de participação cívica e democrática e, por isso, se desejam cada vez mais participativos. Assim, como mandam os nossos estatutos, cumprido o mandato desta Direcção no triénio que está prestes a terminar, a Mesa da Assembleia-geral agendou para o próximo dia 15 de Maio a assembleia eleitoral. Assumindo a sua responsabilidade, Direcção cessante vai apresentar uma lista com base na continuidade dum projecto que sempre procurou reflectir as principais reivindicações dos seus associados, assumindo a condução dos processos de luta com vista à consecução de importantes objectivos para os docentes, para a educação e para a sociedade em geral.

Há que prosseguir a acção em prol dos professores e educadores da R.A.M. A gestão das diferentes matérias e desafios que temos pela frente, exigirá de todos um empenho acrescido e onde a força do colectivo saberá, certamente, marcar a diferença. ◀



Lurdes Fernandes recomenda:

«Não se deixem abater pela incompetência e pela maldade»

A colega Lurdes Fernandes revela aos leitores da Prof Magazine o seu percurso profissional, que começou de forma imprevista e que conheceu experiências marcantes. A entrevistada aproveita para expressar as suas opiniões acerca do insucesso escolar, retenção, regionalização da educação e sindicalismo docente. A não perder...

Nome:

Maria de Lurdes Conde Francisco de Oliveira Fernandes

**Habilitações Literárias:
Licenciatura em História (FLUC)**

**Disciplina que lecciona:
História**

Prof Magazine - Quando e como decidiu ser professora?

Lurdes Fernandes - Nos anos 70, o Ensino Secundário dividia-se tão simplesmente em Ciências e Letras. Eu optei pelas Ciências para estudar Medicina e, embora a minha relação com a Matemática não fosse a melhor, lá fui dando conta do recado. Terminado o Secundário, não me sentia muito feliz com a escolha e decidi matricular-me para fazer exames de 2ª época de História (que sempre tinha sido a minha disciplina preferida), Inglês e Geografia. Assim, quando foi necessário inscrever-me numa coisa chamada Ano Propedêutico, acabei por me decidir pela área de Letras, nomeadamente pela licenciatura em História. Eu sabia que essa licenciatura me conduziria à profissão docente, mas foi de uma forma perfeitamente consciente que fiz as minhas opções.

Prof - Refira dificuldades sentidas na concretização dessa decisão.

L.F. - Terminado o curso em 1984 só em 1986 consegui ser colocada pela 1ª vez. Este compasso de espera prende-se com o facto de eu ter preferência pelo 3º Ciclo e o Secundário e por isso nunca ter concorrido para o 2º Ciclo. Esta opção reduziu forçosamente o leque das escolhas. Também não ponderava sequer a ideia de concorrer para as ilhas. A minha vinda para a Madeira acabou por ser obra do acaso.

Nervosismo no arranque

Prof - Descreva a primeira aula dada. Ela correu como esperava?

L.F. - Eu estava muito nervosa na minha primeira aula! Nem

sequer sabia o que esperar! Nem sabia o que fazer!

Nada no meu curso me tinha preparado para isso porque foi só científico e sobretudo muito académico.

Para me complicar mais a vida, o Conselho Directivo pediu-me para eu começar logo no dia em que me fui apresentar, até porque o meu horário era misto (tarde/noite). Como não foi possível falar pessoalmente com a Delegada de Grupo, tentei lembrar-me do que tinham sido as minhas primeiras aulas enquanto aluna.

Assim fiz uma apresentação "clássica" mas sem omitir à turma (10º ano Nocturno) que eles eram os meus primeiros alunos. Ainda hoje penso que a minha sinceridade deu frutos porque se estabeleceu entre nós uma relação de empatia muito interessante.

Prof - Conte alguns episódios marcantes – positiva e negativamente – da sua vida profissional.

L.F. - A situação mais desagradável ocorreu quando no desempenho do cargo de Direcção de Turma.

Um aluno apresentava sintomas de consumir estupefacientes e, numa conversa muito séria, ele acabou por confessar que consumia haxixe (não interessa referir o porquê). Perante esta situação foi necessário contactar o Encarregado de Educação e tive que lhe expor o problema da maneira mais subtil de que fui capaz.

O senhor ouviu tudo o que tive para lhe dizer, esclareceu o que achou necessário e saiu. Este episódio aconteceu há já alguns anos e mesmo assim quando nos cruzamos na rua o senhor vira a cara para o lado.

O mais marcante prende-se com o facto dos meus ex-alunos me reconhecerem na rua e me cumprimentarem. Se não me esqueceram é porque aprenderam algo comigo.

Prof - Dos vários projectos escolares em



que participou, mencione o que mais prazer lhe deu.

L.F. - O projecto escolar que mais prazer me proporcionou foi ter feito parte do grupo de trabalho que no ano lectivo 2007/08 desenvolveu na escola um projecto de Avaliação Interna. Para se fazer essa avaliação interna foi necessário realizar junto dos professores um inquérito sob a forma de entrevista. Deste modo o contacto com os colegas fez-se de uma maneira muito próxima e muito interessante.

Retenção só em final de ciclo

Prof - Que comentários lhe merece o insucesso escolar?

L.F. - Quando se fala de insucesso escolar recorro sempre as palavras de um professor da Faculdade que nos dizia o seguinte: quando forem professores e na avaliação dos vossos alunos tiverem mais de 25% de negativas, o problema não é só deles, também é vosso.

Isto remete-me para a questão de que o problema do insucesso escolar foi durante muito tempo imputado aos alunos, à família, aos outros... e a Escola quase que não tinha responsabilidade nesse problema.

Hoje, embora ainda tenhamos um elevado índice de insucesso, as escolas já tentam encontrar mecanismos para minorar essa situação. No entanto, penso que ainda não foi posto em prática um mecanismo que poderia ajudar a resolver estes casos, pelo menos nos 2º e 3º Ciclos, e que se prende muitas vezes com questões de adaptação e maturidade. Este mecanismo seria o seguinte: os alunos só poderiam ficar retidos no final de cada ciclo. A lógica deste argumento tem a ver com a própria filosofia do sistema educativo: as competências a desenvolver são competências de ciclo e não de ano de escolaridade. Assim seria possível respeitar os ritmos de aprendizagem de cada um e as dificuldades poderiam ir sendo resolvidas.

Por outro lado, se não se reduzir o número de alunos por turma, se não inovarmos as práticas pedagógicas, se não criarmos estratégias alternativas, se não acreditarmos que mesmo os alunos com mais dificuldades serão capazes de ultrapassar essas mesmas dificuldades, então, continuaremos a ter um grande número de alunos com insucesso escolar.

Penso também que o insucesso escolar não se mede só pelo número de retenções. Outro indicador para mim importante tem a ver com o nível de aprendizagem conseguido pelos alunos. Será que podemos dizer que um aluno que escreve com muitos erros, que não sabe fazer uma leitura em voz alta, que tem dificuldades na interpretação é um aluno com sucesso, mesmo que nunca tenha ficado retido?

Prof - Como avalia a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos, nas escolas onde leccionou?

L.F. - Os pais e encarregados de educação,

de uma maneira geral, interessam-se pela vida escolar dos seus educandos e participam. No entanto, penso que ainda não nos conseguimos libertar da ideia de que ser "chamado à escola" só pode significar sarilho. Seria bom que os pais e encarregados de educação procurassem a escola de uma forma mais voluntária para lhe tirar essa carga negativa.

Hoje em dia, as novas tecnologias permitem que os pais e encarregados de educação estejam mais próximos da escola. Muitos dominam a utilização do computador e da internet e podem assim contactar com o director de turma sem se deslocar à escola, até porque esta deslocação nem sempre é facilitada pelos horários de ambas as partes.

«Trabalhamos todos em contra-relógio»

Prof - Aborde os "pecados" e "virtudes" do sistema de ensino português.

L.F. - Pecados: A existência de muitas disciplinas com um número de tempos lectivos semanais manifestamente reduzido. Temos que ensinar/aprender muito em pouco tempo. Para ilustrar esta ideia posso dar um exemplo em relação à minha disciplina: o 7º ano de escolaridade tem 1 bloco de 90 minutos semanais e os conteúdos programáticos a leccionar vão desde a Pré-História até ao século XIV.

Penso que se reconhece facilmente a dificuldade de se poder realizar esta tarefa com êxito. É desumano querer que uma criança com 11/12 anos consiga apreender e dominar tantos conteúdos com tão pouco tempo para reflexão.

Uma maneira de resolver o problema das disciplinas que apenas são contempladas com 90 minutos semanais seria refazer a distribuição das Áreas Curriculares Não Disciplinadas. O Estudo Acompanhado poderia ser realizado no 2º Ciclo e a Área de Projecto no 3º Ciclo. Seria de todo aconselhável que nenhuma disciplina tivesse menos de 3 tempos semanais.

Outro grande pecado do nosso sistema educativo é a prática do turno duplo. É absolutamente necessário ter coragem política, mais do que recursos financeiros, para acabar com esta situação. É preciso tempo e espaços para ensinar, aprender, reflectir, experimentar. Como as coisas estão, trabalhamos todos em contra-relógio. Talvez fosse bom pormos os olhos nos Açores, nesta Região Autónoma o regime duplo está praticamente em vias de extinção.

Virtudes: O facto do nosso sistema proporcionar uma escolaridade básica obrigatória de nove anos possibilita aos nossos alunos uma maior maturidade e capacidade de decisão quando é necessário escolher o que fazer após o 3º Ciclo.

Prof - Aponte vantagens e desvantagens de uma eventual regionalização da educação.

L.F. - Posso referir duas hipotéticas vantagens: a possibilidade do Governo Regional poder apostar na construção de escolas para termos turno único em todos os graus de ensino e levar a cabo uma reorganização curricular feita a pensar, em primeiro lugar, nos alunos.

Como as vantagens por mim enumeradas poderão não passar de utopia, só consigo, até prova em contrário, ver desvantagens, até porque a regionalização da educação é um falso problema. Não é necessário regionalizar para fazermos melhor que os outros. Penso que as competências políticas e legislativas da Região Autónoma são as suficientes para empreender as mudanças que se julguem importantes.

Penso que, quando se fala em regionalizar a educação, pensamos logo em conteúdos programáticos. No entanto, é perfeitamente possível ensinar História, Geologia, Biologia, etc, da Região conjuntamente com os conteúdos dos programas nacionais, só é preciso dar às diferentes disciplinas o tempo necessário para o fazer.

Prof - Assinale o papel que, na sua óptica, está reservado aos sindicatos, no sistema educativo.

L.F. - O movimento sindical já percorreu um longo caminho desde o século XIX e conseguiu vitórias muito importantes. Para que os sindicatos possam continuar a ter um papel de relevo no sistema educativo é necessário que as reivindicações e propostas sejam apresentadas numa perspectiva de futuro e não de passado. Se os sindicatos não acompanharem o evoluir da História poderão estar irremediavelmente condenados ao fracasso.

«Nunca confundir autoridade com autoritarismo»

Prof - Que sente quando ouve acusações públicas que colocam em causa o brio profissional dos docentes, como temos vindo a assistir nos últimos tempos?

L.F. - Sinto-me lesada no meu brio profissional, embora perceba que muitas dessas acusações têm origem em situações que todos nós conhecemos: professores muito faltosos, interrupções lectivas vistas como férias, a ideia de que qualquer um com uma licenciatura podia ser professor, etc.

Prof - Como e por que razão se fez sócia do Sindicato dos Professores da Madeira?

L.F. - Quando vim leccionar para a Região Autónoma da Madeira já era sócia do Sindicato dos Professores do Centro, só precisei de fazer a mudança.

Prof - Se pudesse recuar no tempo, voltaria a escolher a docência como actividade profissional?

L.F. - Não me imagino a desempenhar outra tarefa! Sou professora por opção e não por contingência, gosto do que faço, faço-o por prazer e não por obrigação.

Prof - Deixe uma mensagem aos Professores.

L.F. - Não se deixem abater pela incompetência e pela maldade.

Nunca confundam autoridade com autoritarismo, lembrem-se que os nossos alunos são pessoas e são filhos de alguém.



Prof.ª Regina Marques (ESSE Setúbal) à Prof Magazine:

«Gostaria mesmo que pudéssemos ter uma Escola que fosse lugar de prazer»

A Prof.ª Regina Marques, actual Presidente do Conselho Científico da ESSE de Setúbal, com doutoramento em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Livre de Bruxelas, em entrevista exclusiva à Prof Magazine, analisa a problemática da avaliação de desempenho docente, com o desprendimento próprio de quem não está comprometido com as posições dos sindicatos, mas tão-só com as suas reflexões e estudos académicos, que apenas vinculam a nossa entrevistada.

Nesta conversa, abordamos todos os itens desta temática, sem esquecer as cambiantes da Região Autónoma da Madeira, cujo modelo de avaliação de desempenho ainda está na forja. Desafiada a apresentar as linhas gerais que seguiria, se tivesse responsabilidade na matéria, a nossa interlocutora confidencia que «gostaria de ver modelos em que as pessoas pudessem ser avaliadas por sua própria iniciativa, com provas de actualização de conhecimentos, técnicas ou pedagógicas, elaboração de materiais, reflexões que partilhassem com quem lhes merece confiança para a avaliação». E assim transformar-se-ia a escola em lugar de prazer.

Prof Magazine - A avaliação de desempenho dos docentes do Ensino Básico e Secundário é a matéria que maior contestação tem gerado, nos últimos anos, nomeadamente contra a actual equipa do Ministério da Educação. Como formadora de professores e estudiosa desta matéria, certamente tem uma leitura para as causas deste grave problema. Gostaríamos que a partilhasse com os leitores da Prof Magazine, designadamente referindo-se às causas prováveis deste conflito.

Regina Marques - As razões para o descontentamento não são lineares e não se desligam da forma como o ME lançou as medidas para as escolas, fazendo tábua rasa da complexidade que sempre envolve uma avaliação de competências com vista a resultados que estão também eles mal definidos. Num primeiro tempo e deixando de lado, por agora, os aspectos “morosos” de preenchimento de fichas que por si mesma traduz uma esquemática visão do que é a educação e a avaliação, considero que o clima institucional criado pelo ME, com as palavras da Ministra desacreditando publicamente



e descredibilizando os professores, perante pais, alunos e comunidades, deixou marcas profundas num corpo docente que tem uma experiência longa de encontrar saídas criativas para resolver problemas de ensino-aprendizagem e tem uma longa experiência de gerar entre si formas novas de autoformação e auto-avaliação. Por outro lado o ME não acautelou tempo para uma discussão no seio da classe docente sobre os processos mais adequados que pudessem vir a ser aceites na diversidade das escolas e com um grande sentido plural dos modelos de ensino. A proposta unilateral do ME para a avaliação de desempenho

▶ **«A proposta unilateral do ME para a avaliação de desempenho (...) constitui uma afronta à sua identidade profissional.»**

foi lançada mimeticamente de sistemas do norte da Europa, acima de qualquer construção elaborada pelos docentes e em resultado das suas experiências, o que para muitos constitui uma afronta à sua identidade profissional.

Prof M. - O Governo e alguma opinião pública interpretam a insistência da classe docente na suspensão do actual modelo de avaliação de desempenho como um sinal de que esta não quer, de facto, ser avaliada. Considera que há razões efectivas para que se possa chegar a uma conclusão deste tipo?

Regina M. - É preciso reconhecer que a expressão "avaliação" passou a estar na moda tecnocrática como se fosse indispensável ao sucesso educativo dos alunos e fosse a solução para todos os males do corpo docente. Esquecem-se propositadamente as condições em que os docentes chegam às escolas vindos de universidades e politécnicos onde os modelos de formação são, e ainda bem, diversos, vindos de zonas do país desconhecidas e com planos de vida a elaborar todos os anos.

Avaliação e progressão

Prof M. - A acusação mais grave é a de que não havia avaliação de desempenho docente com o Estatuto de Carreira Docente revogado por este Governo. Acha que este argumento usado contra os professores e educadores tem fundamento?

Regina M. - Não me parece adequado pretender ligar a avaliação de desempenho à carreira, na medida em que há muitos factores subjectivos que condicionam o desempenho do professor e que não relevam da sua maior ou menor competência, maior ou menor gosto pelo ensino, maior ou menor capacidade para lidar com situações novas.

Prof M. - Outra "arma" usada contra a classe docente é o insucesso e o abandono escolares. Podemos concluir que esta responsabilização dos docentes pelos resultados dos alunos é mera retórica para os fragilizar publicamente ou tem, na sua base, justificação científica?

Regina M. - Como disse atrás, aqui está uma



▶ **«Não me parece adequado pretender ligar a avaliação de desempenho à carreira»**

das questões não controladas pelos docentes, que só por má fé os responsáveis pelo ME insistem em responsabilizar os docentes. Não acredito que não conheçam um mínimo sobre as teorias da complexidade ou das teorias psico-pedagógicas. Nunca foi fácil determinar as causas do insucesso escolar. Nunca foi fácil determinar as causas do abandono. Sempre os psicólogos, pedagogos, professores se entenderam para ver razões individuais, sociais, familiares, instrumentais, afectivas, cognitivas, económicas, etc... Sem dúvida há razões mas elas estão ou no estudante ou no professor, ou na relação anacrónica dos contextos ou da interacção entre todos, ou fora do sistema educativo. Tenho a certeza que não se resolve apenas dentro do sistema educativo. Por exemplo não há crianças que não gostam da escola? Não há trabalho infantil? Não há famílias que não investem afectivamente a escola? Enfim, são questões que o governo tem de encarar mas, por favor, não remeta tudo para os professores. Os restantes ministérios deverão assumir a sua responsabilidade política de enquadrar as crianças e os jovens e de lhes garantir o direito à educação e à escolaridade obrigatória gratuita.

Divisão da Carreira

Prof M. - A divisão da carreira docente em duas categorias – Professor e Professor Titular – e a imposição de quotas para as menções

mais elevadas são apontadas, pelos docentes e suas organizações sindicais, como desincentivadoras do «trabalho colaborativo» nas escolas, logo inibidoras de uma cultura avaliativa das práticas pedagógicas. Que comentário lhe merece esta análise?

Regina M. - A impossibilidade de numa mesma escola poder haver vários professores excelentes para poderem ficar no topo da carreira é uma das questões mais perigosas para a unidade da classe (a desintegração do corpo docente é porventura o aspecto mais dilacerante quando se trata numa escola com vários grupos culturais e sociais que roçam a marginalidade, fomentam a indisciplina, o desinteresse).

Prof M. - Associado a este conceito piramidal da estrutura da carreira docente está subjacente, segundo os críticos, uma lógica economicista que não se compadece com os princípios da avaliação formativa. Na sua óptica, a progressão na carreira e a avaliação de desempenho docente devem estar intimamente ligadas?



▶ **«Nunca foi fácil determinar as causas do insucesso escolar. Nunca foi fácil determinar as causas do abandono.»**

▶ Regina M. - Há que separar de facto avaliação formativa - autoformação, hetero-avaliação para colmatar lacunas nas técnicas, nos conhecimentos, na relação pedagógica com a avaliação de desempenho proposta pelo ME. Concordo que é economicista mas acho que acima de tudo é "classista" e "desintegradora" e maniquéista ou seja fragmenta para sempre a escola nos "bons" e "maus" e os "assim assim", sem hipóteses de remediações.

Prova de Ingresso

Prof M. - A exigência ministerial de uma Prova de Ingresso na Carreira é outra das matérias polémicas do actual ECD, porque tem subjacente uma evidente desconfiança em relação à qualidade da formação de professores nas nossas universidades e Escolas Superiores de Educação. Enquanto formadora de docentes e Presidente do Conselho Científico da E.S.S.E. de Setúbal, também subscreve esta crítica ou, pelo contrário, concorda com esta Prova?

Regina M. - Nas profissões de ensino, medi-

cina, advogados, profissões onde há preocupações éticas com a relação com os outros, está assegurada uma formação académica com estágios, práticas supervisionadas, muito trabalho de campo reflectido com pares mais experientes. Ora, mesmo podendo pôr em causa esta formação inicial, há que prever um sistema de formação contínua a todos estes profissionais que, particularmente, nos seus primeiros anos, sentirão um maior conforto se puderem trocar experiências. Muitas vezes ouve-se dizer que há profissionais sem gosto para ensinar ou sem talento para o fazer. Também neste domínio é exagerado querer que seja através de uma prova inicial que a selecção aconteça, tanto mais que as actuais licenciaturas são já licenciaturas de ensino.

Prof M. - Há quem aponte a postura anti-negocial do ME como a principal causa do clima turbulento que se vive hoje na educação, consequência de uma deficiente interpretação da maioria absoluta, que se tem consubstanciado na imposição de um conjunto de medidas educativas polémicas como o ECD, as aulas de substituição, o novo modelo de autonomia e gestão das escolas e a avaliação de desempenho docente, entre outras. Será este um caso típico de inabilidade política do Governo ou antes mérito da resistência das organizações de classe?

Regina M. - Parece-me importante relacionar

tudo o descontentamento com este conjunto de medidas apontadas, que de facto em simultâneo, puseram em causa o bom nome, o prestígio e o estatuto social de uma classe que por direito próprio e por profissionalidade deve ser considerada como uma das autoridades democráticas a quem a sociedade deve respeito e consideração. O ME sempre quis isolar a questão da avaliação depois de

▶ **«A impossibilidade de numa mesma escola poder haver vários professores excelentes para poderem ficar no topo da carreira é uma das questões mais perigosas para a unidade da classe»**



ter dito que sido ridicularizado com as designadas aulas de substituição.

Mérito e diferenciação

Prof M. - Incentivar o mérito e promover a diferenciação entre pares é um tema gerador de aceso debate. Como estudiosa destas questões, no âmbito da função docente, como acha que se deve premiar o mérito?

Regina M. - Parece-me importante que o mérito seja reconhecido através das provas prestadas publicamente, artigos publicados, reflexões conhecidas, projectos desenvolvidos e tornados públicos. Para premiar esse trabalho, que direi de investigação e reflexão sobre a prática, o tempo de trabalho para o efeito deverá ser contabilizado no horário do docente. Tudo o que os docentes fazem para seu desenvolvimento pessoal e profissional não pode ser feito apenas à custa do seu tempo livre e deve ser visto como uma formação contínua, incessantemente fonte de motivação. Afinal, parece que o mérito só advém de dar aulas porque só isso é reconhecido.

Prof M. - A formação contínua dos docentes é essencial para, por um lado, garantir a actualização de conhecimentos e práticas educativas e, por outro, assegurar a progressão na

► *«Também neste domínio é exagerado querer que seja através de uma prova inicial que a selecção aconteça, tanto mais que as actuais licenciaturas são já licenciaturas de ensino.»*

carreira. Qual o peso que considera razoável ser dado a esta componente no total da avaliação de desempenho?

Regina M. - Na avaliação de desempenho há que ponderar de facto o êxito de qualquer formação, incluindo a contínua, junto dos estudantes, o que se pode ver, pelo sucesso das notas, mas também pelo prazer que é demonstrado nas aulas, ou o gosto e a tranquilidade para ouvir e fazer. Se a formação contínua contemplar várias modalidades incluindo organização de aulas de forma mais participativa, mais aberta ao mundo exterior e actual. Se houver uma previsão de formas de organização facilitadoras da decisão dos estudantes relativamente a muitas questões pedagógicas e até ao tempo escolar, esta avaliação poderá ter um peso muito grande na avaliação de desempenho. Se a avaliação contínua se limitar a algumas acções em que o orientador reproduz o modelo de aula tradicional então será porventura irrelevante.

Itens da avaliação

Prof M. - A auto-avaliação é tida como um pilar fundamental num processo avaliativo formativo. No modelo de avaliação que o ME pretende impor à classe docente, entre outros aspectos contestados, está o seu peso diminuto, se comparado, por exemplo, com o que tinha no ECD anterior. Que ponderação seria adequada atribuir a este item da ava-

liação, já que se fica com a sensação de que há uma manifesta dificuldade dos decisores políticos em encontrar um ponto de equilíbrio, ou seja, passam facilmente dos oito para os oitenta?

Regina M. - Não poderemos cair na armadilha dos números, nem das ponderações. Esse modelo "burocrático" deve, em minha opinião ser visto como obsoleto e retrógrado quando a complexidade, a contingência e a singularidade das situações nos obriga a sermos atentos a tudo e a todos. O (a) melhor avaliador (a) é aquele que olha o(a) professor (a) na rede em que ele se move mas não está sozinho.

Prof M. - A hetero-avaliação dos docentes é uma das modalidades que, no passado, era consensualmente aceite, mas actualmente é geradora de muita desconfiança, nomeadamente pelas consequências que tem ao nível da progressão na carreira. Refira-se ao peso que é aceitável reservar à hetero-avaliação e às vantagens que ela poderia ter, se não estivesse intimamente ligada à progressão na carreira.

Regina M. - Correndo o risco de me repetir diria que o que importa é a credibilidade da profissão e de todos os actores que intervêm no sistema. Não pode haver a menor dúvida quanto ao rigor, isenção, imparcialidade, competência e respeito de uns pelos outros, e particularmente de quem avalia. Infelizmente, muitos cargos destes não merecem a confiança dos colegas. Sobre isto há que ser claro e lúcido.

Avaliação dos avaliadores

Prof M. - Avaliação dos avaliadores e dos membros dos órgãos de gestão é também uma matéria pouco consensual. Como resolver esta questão, sem deixar ninguém de fora deste processo e com garantias de equidade de tratamento entre todos os docentes, independentemente dos cargos que ocupam?

Regina M. - De facto parece-me que todos podem e deverão intervir, porém a experiência mostra que não é fácil. A sociedade que está em cima de nós cultiva o individualismo ►





▶ **«O ME sempre quis isolar a questão da avaliação depois de ter dito que sido ridicularizado com as designadas aulas de substituição.»**

▶ e o salve-se quem puder e como tal é crível que aconteçam as maiores tropelias de alguns sobre outros. Mas não se pode desistir e antes resistir como aliás tantos professores têm protagonizado nas suas próprias experiências pedagógicas. Quanto a mim seria necessária uma revisão do funcionamento da Escola, quebrando-se a sua rigidez e promovendo ao contrário uma cultura de programação local e empenhada com uma estrutura de participação mais colegial e responsável, onde os diferentes actores pudessem ser confrontados e ajudados.

Prof M. - A participação dos alunos e dos encarregados de educação na avaliação do desempenho docente é pouco consensual. Em que circunstâncias, eventualmente admitte que ela possa ocorrer?

Regina M. - Da minha experiência considero que é preciso muito bom senso para lidar com interesses que são em si muito pessoais que muitas vezes arrastam perversidades incontroláveis. Admito que se pronunciem sobre a prestação pedagógica do docente (na sua continuidade anual por exemplo) mas nunca para efeitos de avaliação de desempenho tal como está consignado para ter repercussão na carreira do professor.

Prof M. - E em que circunstâncias são aceitáveis as aulas assistidas?

Regina M. - Não conheço bem este problema. Há várias modalidades mas acho simpática a que conheço da Bélgica, que prevê que haja regularmente visitas às aulas por pessoas exteriores com a função de supervisão e aconselhamento nos casos em que se detetam desvios dos padrões de sucesso dos alunos.

▶ **«Parece-me óbvio que nada se pode alcançar ou mudar no sistema educativo sem os seus mais directos actores que são os professores.»**

Prof M. - Que papel considera que deve ser reservado aos diferentes órgãos da escola, no processo de avaliação docente?

Regina M. - O Conselho directivo deverá ponderar para cada docente - na turma e no global - as avaliações dos alunos, a assiduidade dos alunos e dos docentes, os projectos que são realizados trimestralmente e anualmente e deve formular algumas medidas de correcção, salientar alguns aspectos positivos ou negativos, etc, para que essa avaliação contribua para aferir as práticas. Da mesma maneira o pedagógico poderá traçar planos de recuperação e apoio aos casos mais problemáticos.

Fichas de avaliação

Prof M. - O processo de avaliação de desempenho docente imposto pelo ME é considerado excessivamente burocrático, inenquadrável e o mais complexo da Europa, já que incide em múltiplas vertentes. Na sua óptica, o que é que tornou este modelo de avaliação impraticável?

Regina M. - Ao que nos dizem os professores são as horas passadas a preencher fichas cujo fim não é compreensível retirando tempo e disposição para outras tarefas nomeadamente de preparação de aulas. Mas o que o torna mesmo impraticável é a forma arrogante como foi imposto e está sendo defendido

«... na formação inicial dos docentes, não há uma preparação forte em políticas educativas e deveria haver para que as pessoas possam em cada momento perceber se estão ou não a ser manipuladas.»

sempre com uma ponta de ironia sobre os professores que não “querem ser avaliados”.

Prof M. - Mencione as previsíveis consequências que esta luta dos professores inevitavelmente terá no sistema educativo português.

Regina M. - De imediato, creio que a classe dos professores reforça a sua coesão em torno de aspectos fundamentais como o da convergência da exigência da dignidade dos professores que não abdicam de serem eles a desenhar o mapa do sistema de ensino em Portugal.

Prof M. - Se tivesse a oportunidade de elaborar um modelo de avaliação de desempenho para ser implementado na Madeira, a contento de todas as partes, por que linhas gerais se orientaria?

Regina M. - O exercício é mesmo virtual mas gostaria de ver modelos em que as pessoas pudessem ser avaliadas por sua própria iniciativa, com provas de actualização de conhecimentos, técnicas ou pedagógicas, elaboração de materiais, reflexões que partilhassem com quem lhes merece confiança para a avaliação.

Com um regulamento que garanta a igualdade de oportunidades e de tratamento. Uma avaliação periódica, de acordo com um tempo definido (todos os 3 anos, 5 anos,...). Que possa haver um júri, com pares mais qualificados de reconhecido mérito, de den-

tro e de fora da escola, avaliadores das provas e do currículo profissional.

Não seria inédito. Quando fazemos um mestrado, um doutoramento ou pedimos provas de aptidão pedagógica, não o fazemos de acordo com o nosso tempo? Não escolhemos a escola/Universidade? Não tratamos o assunto que mais nos interessa? Não escolhemos o/a orientador(a)?

Gostaria mesmo que pudéssemos ter uma Escola que fosse lugar de prazer para os docentes um lugar de prazer para a leitura, para a conversa, para a convivência. Uma Escola onde alunos e professores sentissem o prazer de aprender e o prazer de ser. A vida mostra-nos todos os dias que não é essa a Escola que temos.

«Afinal, parece que o mérito só advém de dar aulas porque só isso é reconhecido.»

Provas públicas com regras claras e aceites

Prof M. - No ECD-RAM não está prevista explicitamente a fractura na carreira docente mas, em vez das duas categorias, foi introduzido um constrangimento burocrático e administrativo – Prova Pública de Transição ao 6.º Escalão (art. 41.º) – que, em termos pedagógicos, não acrescenta nada, antes servirá, objectivamente, de filtro em relação ao acesso aos escalões de topo. Qual a sua apreciação em relação a esta solução encontrada na Madeira, que é a recuperação da Prova de Candidatura ao 8.º escalão dos tempos do cavaquismo?

Regina M. - Em princípio não vejo mal que os docentes - se submetam a provas públicas - com regras conhecidas e aceites - provas de valorização pessoal, de conhecimentos técnicos e científicos e pedagógicos, num quadro em que esses resultados possam progressivamente influenciar a carreira.

«Nada se pode alcançar sem os seus mais directos actores»

Prof M. - Na Madeira, a Secretaria Regional de Educação e Cultura segue uma estratégia diferente, reconhecendo que as mudanças na Educação fazem-se com os professores e nunca contra eles. Nesse sentido, criou uma equipa de trabalho constituída por representantes sindicais e académicos, para elaborar uma proposta de modelo de avaliação de desempenho docente. Poderá ser esta uma forma hábil

de desresponsabilização do poder político, como referem os críticos, ou um caminho mais prudente para gerir questões previsivelmente polémicas?

Regina M. - Parece-me óbvio que nada se pode alcançar ou mudar no sistema educativo sem os seus mais directos actores que são os professores. Isto é válido para as questões da avaliação de desempenho, para as questões dos modelos educativos para alunos com necessidades especiais, para criar actividades pedagógicas mais aliciantes e inovadoras, para criar um pano de fundo estabilizador e mobilizador, etc. Os docentes em geral, nos sindicatos pelo menos fazem-no, devem compreender muito bem qual a política educativa que mais lhes convém e nesse quadro político global coerente e consistente poderão encontrar zonas de negociação e outras que não são negociáveis. Considero, que nunca se pode desresponsabilizar o poder político, tanto mais que educação é também formação, saúde, trabalho, redes de acessos a outras infra-estruturas, que são, de acordo com a Constituição e a lei de bases do sistema Educativo, responsabilidade do Estado. Também me parece que, na formação inicial dos docentes, não há uma preparação forte em políticas educativas e deveria haver para que as pessoas possam em cada momento perceber se estão ou não a ser manipuladas. Penso que numa classe como a docente, com a sua responsabilidade social e ética para a formação de cidadãos e cidadãs, não se pode propagar ou alimentar uma atitude negativista face à política, deixando subverter

o nobre sentido da política pelo arreigado menosprezo que hoje prolifera.

Não às “soberanias” na avaliação de desempenho

Prof M. - E que dizer desse tipo de avaliação (hetero-avaliação), quando prevê que avaliadores algo distantes do trabalho docente tenham nas suas mãos o futuro profissional de muitos colegas, como está consagrado no ECD-RAM - art. 46.º, alínea c) - para o Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Básico, em que o Director e o Delegado Escolar são soberanos na apreciação do desempenho docente dos que estão sob a sua alçada?

Regina M. - Há que discutir muito e não aceitar. E isso pode-se defender por uma questão moral e ética. Não é aceitável que se defendam soberanias nestas matérias de “ajuizar os outros”.

Avaliação de desempenho não ligada à evolução da carreira

Prof M. - Na sua opinião, como é que docentes e Ministério podem ultrapassar a actual crise?

Regina M. - A negociação é fundamental desde que haja a clarividência de que a avaliação de desempenho - feita desta maneira, com preenchimento de fichas ou questionários, um pouco à maneira dos testes de inteligência para calcular o quociente intelectual que muitos psicólogos já contestaram nos anos 60 - não pode estar ligada à evolução da carreira.

O ECD-RAM e o 1º Ciclo do Ensino Básico



O actual Estatuto da Carreira Docente, através do modelo de avaliação que preconiza, tem contribuído, em larga escala, para a onda de revolta e descontentamento, a que temos assistido ultimamente, por todo o país.

Na Região Autónoma da Madeira, e após a Portaria n.º 165-A2008, de 7 de Outubro, «que considera classificado com a menção qualitativa de Bom o tempo de serviço prestado nos anos escolares 2007-2008 e 2008/2009 para efeitos de avaliação do desempenho dos docentes», estes permanecem na expectativa de saber que modelo de avaliação que os aguarda.

Mas se é certo que se desconhece o modelo de avaliação de desempenho, o mesmo não acontece com os intervenientes do processo (nomeadamente os avaliadores)

que, no caso dos educadores de infância e professores do 1º ciclo, consideramos altamente desadequados.

Se se defende que a avaliação é essencial na melhoria da qualidade da educação e do ensino, como é possível que os avaliadores de um professor do 1º ciclo se cinjam ao órgão de gestão da escola e ao delegado escolar?

Se pedagógica e humanamente é difícil para um director avaliar todos os docentes da sua escola, que diremos então desta função para o delegado escolar?

Um processo complexo e reflexivo como a avaliação, pressupõe não só avaliadores com competências administrativas, mas acima de tudo, profissionais de educação com uma experiência pedagógica contínua e verdadeiros conhecedores do contexto sala de aula.

É nesse sentido que o Sindicato dos Professores da Madeira defende que os avaliadores no processo de avaliação para os docentes do 1º ciclo sejam, para além do órgão de gestão da escola, uma comissão coordenadora da avaliação que terá um papel decisivo no processo. Esta será constituída por 5 professores, do quadro de escola, com pelo menos 15 anos de serviço, eleitos no Conselho Escolar. Desta forma, os professores avaliados sentir-se-ão mais apoiados e haverá um maior acompanhamento por parte dos avaliadores e assim sim estaremos a cumprir para o objectivo primordial do sistema de avaliação: contribuir para a melhoria da acção pedagógica e para a o aperfeiçoamento individual de cada docente.

▶ *Mas se é certo que se desconhece o modelo de avaliação de desempenho, o mesmo não acontece com os intervenientes do processo (nomeadamente os avaliadores) que, no caso dos educadores de infância e professores do 1º ciclo, consideramos altamente desadequados.*



Vias alternativas ao ensino regular

Fracassos e sucessos em tempo de balanço



Isabel Cardoso
Coordenadora do 2.º e 3.º
Ciclos e Secundário

Tem-se assinalado, um pouco por todo o lado, em alguns casos com pompa e circunstância, os vinte anos da criação das primeiras escolas profissionais. Esta modalidade de educação pretendia e mantém ainda hoje a pretensão de se constituir como uma via alternativa ao ensino secundário regular, dirigida especificamente à estruturação e qualificação educativa da formação profissional dos jovens.

Ao longo destes últimos vinte anos foi crescendo a oferta formativa e emergiram novas soluções inspiradas por este modelo, nomeadamente, os cursos de ensino profissionalizante e dentro deste espírito, dos

► *Importa, mais do que nunca, e face à evidente instrumentalização publicitária do poder que estas comemorações têm suscitado, fazer uma análise séria e consequente desta opção, centrando-nos sobretudo sobre a eficácia educativa e social destas modalidades alternativas ao ensino regular.*

chamados currículos alternativos fizeram-se os cursos de educação e formação.

Importa, mais do que nunca, e face à evidente instrumentalização publicitária do poder que estas comemorações têm suscitado, fazer uma análise séria e consequente desta opção, centrando-nos sobretudo sobre a eficácia educativa e social destas modalidades alternativas ao ensino regular.

As respostas às expectativas dos jovens e das famílias em obter uma qualificação profissional prestigiante e reconhecida, com uma inserção plena no mercado de trabalho, têm, infelizmente, sido diversas, como diversos têm sido as condições e critérios de criação e a gestão desses mesmos cursos.

O Sindicato dos Professores da Madeira levará a cabo em data ainda a agendar no início do 3º período lectivo, um fórum de debate sobre esta questão procurando reflectir sobre as ofertas educativas e formativas que se têm criado como soluções alternativas ao ensino regular. Procuraremos perceber o que tem corrido bem, o que deve ser corrigido e identificar o que ainda conduz ao fracasso de alguns projectos, comprometendo o futuro de tantos jovens. ◀



A avaliação de desempenho



Helena Paula Freitas
Coordenadora do Sector de
Educação Especial

O assunto da avaliação dos docentes de Educação Especial está em stand by como toda a avaliação de desempenho em geral dos docentes da RAM. Está tudo em banho-maria, ou melhor, ainda nem assim está, pois só recentemente foi formada uma comissão paritária para trabalhar na construção de um modelo que reúna o máximo de consensos. Assim foi estabelecido pela tutela. Congratulemo-nos. Valeu a pena a greve do dia 3 de Dezembro. Esperemos é que as boas intenções se concretizem de verdade e não sejam só uma estratégia de campanha eleitoral!

Aquilo que sabemos sobre a avaliação dos docentes de Educação Especial é o que

► *...a avaliação de desempenho é um assunto demasiado sério para ser objecto de chantagem.*

está no artigo 46º, alínea e) do ECD Regional, que estes serão avaliados «pelo director de serviços técnicos de educação e apoio psicopedagógico e pelo director técnico e/ou pelo representante dos docentes no conselho técnico, no caso das instituições de educação especial, ou pelo director do estabelecimento de educação/ensino onde o docente presta maior carga horária, quando apoia várias escolas». E pronto, mais não podemos nós adiantar ainda.

Mas se é verdade que em relação à avaliação dos docentes não podemos dizer grande coisa, o mesmo não se pode dizer em relação ao sistema educativo. Esse pode e deve ser avaliado, pelo menos pelos docentes. Vou focar três aspectos que têm preenchido o rol das críticas dos professores deste sector.

1 - Renovação da rede escolar

Muito se tem falado sobre a modificação da rede escolar da RAM, da remodelação e da construção de novas escolas e dos seus exorbitantes custos. Concordamos todos que, na generalidade, temos um bom parque escolar. Se o compararmos ao do Continente mais certos ficamos. No entanto, só quem como nós trabalha no terreno, é que percebe o paradoxo da situação real: escolas novas, agradáveis à vista, com espaços amplos mas... disfuncionais. Isto em relação às escolas de 1º ciclo com pré-escolares. Salas de aula arejadas, iluminadas com luz natural proveniente de muitas janelas, corredores e halls enormes, casas de banho q.b., WC adaptado, elevador e outras condições que espantariam qualquer professor há uns anos atrás. Mas, em contrapartida, temos o oposto, por vezes até no mesmo edifício: salas sem janelas, outras com infiltrações, inexistência de salas para apoios, para receber os encarregados de educação, para os docentes e os técnicos da educação especial, não há espaços cobertos onde as crianças brinquem ou façam educação física quando chove... Vou dar-vos exemplos concretos de duas escolas com edifícios inapropriados: a EB1/PE da Pena e a EB1/PE da Ajuda. A primeira, um exemplo de uma escola velha, completamen-



te desajustada à realidade que serve e sem as condições mínimas para docentes, crianças e funcionários. Os professores de educação especial dão apoio nos balneários onde até ratos aparecem. Contrariamente ao que seria de supor, os pais/encarregados de educação que presenciam diariamente tanta falta de condições, permanecem silenciosos.

A segunda escola apontada, é um edifício de construção recente, bem diferente do anterior neste aspecto. Aqui, duas realidades convivem simultaneamente: salas muito boas e salas muito más – sem uma única janela, com humidade devido à infiltração de água, precisando mesmo de baldes para apagar os derrames vindos de várias direcções do tecto (canalizações, tubagem danificada?). Não há uma única sala disponível para atendimento aos pais, não há sala para apoios e não há sala para técnicos de educação especial que semanalmente trabalham com alguns alunos. A casa de banho adaptada para crianças portadoras de deficiência motora, depois de apetrechada com uma mesa e cadeiras, e disfardada a sanita e o chuveiro, passou a ser uma das salas de apoio especializado. Também não há o essencial para dias de chuva ou de sol intenso: uma zona exterior coberta para os alunos do 1º ciclo. Os azulejos de algumas casas de banho já foram recolocados pela quinta vez porque teimam em cair das paredes. Acontece o mesmo com os mosaicos do

chão que se descolam e levantam frequentemente. Há fendas e rachas nas paredes de todas as divisões da escola, inclusive no campo de jogos que já sofreu reparações. E mais uma vez, contrariamente ao que seria de supor, os pais/encarregados de educação que presenciam diariamente esta falta de condições, permanecem silenciosos. Porquê? Porque nos dias que correm, conseguir uma vaga para uma escola que se prefere ou que é da nossa zona de residência ou de trabalho é um luxo. Metem-se cunhas quando se pode. Por isso, as pessoas não reclamam e aceitam tudo e mais alguma coisa. Só não aceitam é o mais pequeno deslize dos professores. Aí o caldo está entornado e vão imediatamente para a Secretaria da Educação fazer queixa aos superiores hierárquicos, que apesar de estarem sempre terrivelmente ocupados, arranjam sempre um buraquinho na agenda.

2 – Aumento do nº de alunos por turma

Este segundo aspecto tem vindo a agravar-se depois da criação das ETI's. Os edifícios novos ou remodelados têm salas grandes e espaçosas mas onde se amontoam mesas e cadeiras e se acotovelam 25 a 29 alunos. Por vezes, nem há espaço para posicionar as carteiras para trabalho de grupo. Também não há espaço para guardar tanto material. E estamos fartos de saber que o sucesso das práticas e dos apoios pedagógicos está

directamente relacionado com o tamanho do grupo e com o tempo de trabalho individualizado com as crianças. Todos os anos, antes do final do ano lectivo, é pedido aos docentes de educação especial uma lista dos alunos com NEE que precisam de ser inseridos em turmas reduzidas. Porquê que se insiste nessa hipocrisia quando sabemos que os alunos vão para turmas cada vez mais numerosas? Temos turmas de 28 e 29 alunos com 5 e 6 alunos com NEE.

3 – Avaliação

Por incrível que pareça, apesar de não termos ainda modelo de avaliação de desempenho, já há superiores hierárquicos de CAP's e de instituições (que não mencionamos por motivos óbvios) que se referem à avaliação como forma de intimidação e de abuso de poder. É caso para dizer que começamos mal pois a avaliação de desempenho é um assunto demasiado sério para ser objecto de chantagem. O que se espera é que os nossos superiores hierárquicos que desempenharão, com certeza, tarefas como avaliadores sejam justos e dêem o exemplo de bom profissionalismo. Não o contrário. A liderança também se aprende e melhora-se.

É por estas e por outras razões que, como dizia eu no último artigo do PROF: «nunca como agora, os docentes de educação especial estiveram tão desmotivados e tão críticos com as condições do seu trabalho».

Ensino profissional

Por um contrato colectivo de trabalho para as escolas profissionais



remos fortemente a manifesta falta de vontade política do ME e do governo para a resolução dos graves problemas que afectam o ensino profissional no nosso país, em Conferência de Imprensa a realizar nos finais de Março.

Por outro lado, e tendo consciência da necessidade imperiosa de um instrumento legal que regulasse as relações laborais dos docentes das escolas profissionais, a FENPROF apresentou à ANESPO em Junho de 2001, como certamente saberá, uma primeira proposta de Contrato Colectivo de Trabalho para negociação. Depois de vários anos de sucessivos adiamentos e de várias reuniões de conciliação no Ministério do Trabalho, conseguimos, finalmente, em Janeiro de 2007, que a ANESPO iniciasse connosco um processo negocial com vista à celebração de um CCT específico para os trabalhadores das escolas profissionais.

Contudo, decorridos dois anos após o início das negociações, e apesar de o clausulado geral relativo aos direitos e deveres ser consensual entre as duas partes, não se chegou a nenhum entendimento sobre as matérias mais importantes desse contrato de trabalho:

organização e duração do horário de trabalho dos docentes, carreiras profissionais, avaliação do desempenho e tabelas salariais. Apesar da insistência da FENPROF, a ANESPO nunca apresentou qualquer proposta sobre as matérias acima referidas, com excepção da organização e duração do horário de trabalho, propostas essas, aliás, bastante lesivas para os docentes.

Estamos, por isso, neste momento num impasse negocial, tendo já exigido à ANESPO que nos dê conhecimento das suas propostas sobre as referidas matérias para que se possa prosseguir com as reuniões de negociação.

Neste momento está já agendada uma reunião para o dia 17 de Março. Caso isso não aconteça,

solicitaremos a intervenção, mais uma vez, do Ministério do Trabalho neste processo.

Pela nossa parte, continuaremos a realizar todos os esforços para alterar esta situação de impasse e a exigir uma resposta positiva da ANESPO. Os docentes das escolas profissionais não conseguem aguentar mais a situação de selvática desregulação laboral existente no terreno e, acima de tudo, merecem todo o nosso respeito e consideração pelo fantástico trabalho que durante todos estes anos têm realizado em prol do sucesso do ensino profissional e dos seus alunos.

Sabemos, contudo, que podem existir outras situações que, por motivos vários, não chegam ao nosso conhecimento, pelo que apelamos para que não hesitem em contactar a FENPROF, a fim de, conhecidas essas situações, possamos denunciá-las e pressionar quem de direito para que sejam resolvidas.

O Secretariado Nacional

Numa altura em que se celebram os 20 anos do Ensino Profissional no nosso país, os problemas neste subsistema de ensino têm vindo a agravar-se de ano para ano, em grande parte devido a um modelo de financiamento que não é o adequado para este tipo de ensino e que muito tem contribuído para uma ruptura financeira das escolas profissionais.

Esta situação, por sua vez, tem originado sérios problemas de instabilidade e precariedade nos docentes e formadores destas escolas, dos quais salientamos abusos na distribuição de serviço lectivo e não lectivo, não remuneração de horas extraordinárias, inexistência de redução de horas lectivas pelo exercício de cargos pedagógicos, atrasos no pagamento de salários e inexistência de actualizações das tabelas salariais.

Todos estes problemas têm vindo a ser denunciados pela FENPROF junto das instâncias governativas e da opinião pública há já vários anos, sem qualquer resultado

visível. Mas não desistimos e, mais uma vez, pedimos recentemente uma reunião, com carácter de urgência, ao Ministério da Educação tendo em vista a sua resolução. Caso essa reunião não se realize, denuncia-

ENSINO PROFISSIONAL

20 ANOS

sem solucionar estes problemas!

UM FINANCIAMENTO INSUFICIENTE E INADEQUADO

ESCOLAS EM SITUAÇÃO DE ASFIXIA FINANCEIRA

DOCENTES E FORMADORES EM SITUAÇÃO DE EXTREMA INSTABILIDADE E PRECARIIDADE:

- com salários em atraso
- sem actualizações salariais
- com uma carga horária excessiva
- sem direito a uma carreira

JUNTOS VAMOS MUDAR ISTO!

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

www.fenprof.pt

Concursos Nacionais 2009/2010

Nova Legislação reflecte prepotência do ME



No início do processo negociado de revisão da legislação sobre concursos, o Ministério da Educação estabelecia três grandes objectivos: ajustar os quadros de agrupamento (QA) e de escolas não agrupadas (QE) às efectivas necessidades do sistema, continuar com as colocações plurianuais e diminuir o tempo de colocação nas necessidades transitórias.

Com a publicação, no passado dia 27 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 51/2009, o ME demonstrou, de novo, a sua prepotência e intransigência em relação às propostas apresentadas pela FENPROF, uma vez que no

diploma agora publicado prevaleceu, na esmagadora maioria das situações, a posição do Governo com consequências muito negativas no plano profissional e pessoal dos educadores e professores e no funcionamento das escolas.

Excepcionalmente, para o concurso 2009/2010, a graduação profissional será calculada nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, pelo que a avaliação de desempenho não será factor a ter em conta e para efeito de admissão ao concurso externo, não será exigida a aprovação na prova de avaliação de conhecimentos e competências. ◀

Principais alterações

Este novo quadro legal, estipula novas regras para a selecção e recrutamento de pessoal docente a ter em conta para o concurso 2009/2010 e seguintes, nomeadamente:

- Cria quadros de agrupamento, o que obriga a que um docente de QE de uma escola integrada em agrupamento, transite de imediato para o quadro desse agrupamento, ao qual passa a pertencer. Não estão definidos os critérios para a distribuição de serviço dos docentes às escolas do agrupamento (excepto para aqueles que são abrangidos pela integração automática prevista no Decreto - Lei n.º 51/2009), situação tanto mais grave quanto maior for o número de escolas do agrupamento e a distância entre elas, afectando essencialmente os educadores de infância e os professores do 1.º CEB;

- Exclui dos concursos nacionais, os titulares de habilitação própria e não prevê qualquer mecanismo que lhes permita ter acesso à profissionalização em serviço;

- Impede os finalistas de concorrerem ao concurso no ano em que concluem a sua formação, restando-lhes apenas as ofertas de escola;

- Introduce, para efeitos de graduação profissional a avaliação do desempenho, ou seja, o tempo de serviço previsto na fórmula em aplicação, só será contabilizado se o mesmo tiver sido avaliado com a menção qualitativa mínima de Bom. Serão ainda acrescentados, respectivamente, 1 ou 2 valores, se a última avaliação do desempenho obtida for de Muito Bom ou Excelente;

- Substitui as anteriores colocações cíclicas por uma Bolsa de Recrutamento, que funcionará entre 1 de Setembro e 31 de Dezembro e à qual os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas acedem directamente, introduzindo a caracterização da sua necessidade: grupo de recrutamento, número de horas e a duração prevista do horário. A aplicação electrónica selecciona o candidato mais graduado de acordo com a ordenação prevista no artigo 38.º-A, e considera que todas as suas preferências estão em igual prioridade para efeitos desta colocação. Isto é, o docente pode ser colocado numa preferência qualquer, mesmo que não seja uma das suas primeiras opções, pelo que o sistema tanto pode colocá-lo perto de casa como a centenas de quilómetros de distância. A sua sorte vai depender do agrupamento que acede à aplicação quando o candidato estiver no topo da lista;

- Determina que as colocações na Educação Especial são processadas da mesma maneira que os restantes grupos de recrutamento;

- Estabelece que o ingresso nos quadros, no âmbito do concurso externo, é feito nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou seja, deixa de ser por nomeação para ser por modalidade de contrato;

- Determina que as colocações em regime de contratação são efectuadas por contrato de trabalho a termo resolutivo, o que até agora só tinha lugar no âmbito das ofertas de escola.



Aposentação dos docentes do 1º Ciclo

Governo da República não cumpre compromisso

O Governo da República não cumpre compromisso negocial e docentes que deveriam poder aposentar-se até 2010 são obrigados a trabalhar mais 13 anos.

Até às alterações produzidas no regime de aposentação da Administração Pública, através do Decreto-Lei nº 229/2005, de 29 de Dezembro, os professores e educadores que leccionavam em regime de monodocência tinham acesso a um regime excepcional de aposentação que compensava a impossibilidade de redução horária por antiguidade ao longo de toda a carreira profissional.

Durante o processo negocial que antecedeu a aprovação do DL 229/2005, ficou acordado que manteriam o direito a este regime excepcional de aposentação, os docentes que, até 31 de Dezembro de 2010, completassem 32 anos de serviço e 52 de idade, desde que, até à data de transição para a nova estrutura da carreira (31 de Dezembro de 1989) completassem 13 anos de serviço.

Para surpresa dos professores, a Caixa Geral de Aposentações, por decisão do Ministério das Finanças, decidiu considerar "data de transição para a nova estrutura da carreira" o dia 30 de Setembro de 1989. Por esta razão, nenhum docente que iniciou a sua actividade em 1976 (os últimos que deveriam ser considerados) foi abrangido.

Face ao protesto da FENPROF, a Ministra da Educação informou esta Federação, em 14 de Outubro passado, que estaria resolvido o problema e que, tal como havia sido negociado em 2005, seria considerada a data de 31 de Dezembro de 1989. Apesar disso, a Caixa Geral de Aposentações (na dependência do Ministério das Finanças) continua a indeferir processos precisamente alegando o problema da data.

A FENPROF já reclamou junto do Ministério da Educação em 16 de Dezembro e, de novo, ontem, pelo incumprimento de um compromisso negocial que está a gerar graves prejuízos e injustiças junto dos professores que, devido a esta interpretação da lei, são obrigados a trabalhar mais 13 anos. A FENPROF, em 19 de Setembro de 2008, havia já solicitado, também, a intervenção do Primeiro-Ministro para ultrapassar esta situação em que dois ministérios do mesmo governo não se entendem. Todavia, sem que tivesse obtido resposta...

A não ser solucionado, com brevidade, o problema, a FENPROF admite promover uma concentração nacional de protesto destes docentes, para além de apresentar queixa junto do Provedor de Justiça,

tentando, dessa forma, encontrar uma solução para um problema que se arrasta já há demasiado tempo.

O Secretariado Nacional

▶ ***Para surpresa dos professores, a Caixa Geral de Aposentações, por decisão do Ministério das Finanças, decidiu considerar "data de transição para a nova estrutura da carreira" o dia 30 de Setembro de 1989.***



SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA

membro da FENPROF

Rua Elias Garcia, Bloco V - 1º A, 9054-525 Funchal

Telefone: 291 206 360 • Fax: 291 206 369

E-mail: spm@spm-ram.org • Site: www.spm-ram.org

Skype: [spmadeira](https://www.skype.com/people/spmadeira) • Messenger: [spm@spm-ram.org](https://www.messenger.com/people/spm@spm-ram.org)

Edital

ELEIÇÕES – TRIÉNIO 2009/2012

Para cumprimento do Artº 61º dos Estatutos do Sindicato dos Professores da Madeira, é convocada a **Assembleia Geral Eleitoral** para o dia **15 de Maio/2009** para **eleição dos seus órgãos directivos, para o triénio 2009/2012.**

APRESENTAÇÃO DE LISTAS e respectivo Programa: até 31 de Março/2009.

As listas devem conter a identificação dos candidatos e ser subscritas por, pelo menos, 50 associados (Artº 62º).

COMPOSIÇÃO:

• **Mesa da Assembleia Geral** - Presidente e 2 Secretários, devendo incluir suplentes em igual número (Artº 38º)

• **Direcção Sindical** - constituída por:

• 1 Coordenador Geral (artº 41º, ponto 2)

• 1 Vice Coordenador (artº 41º, ponto 2)

• Educação Pré-Escolar..... 4 elementos

• 1º Ciclo Ensino Básico..... 5 elementos

• 2º Ciclo Ensino Básico..... 4 elementos

• 3º Ciclo Ens. Básico e Secundário..... 5 elementos

• Educação Especial..... 3 elementos

• Ensino Particular..... 3 elementos

• Ensino Superior 1 elemento

• Departamento Professores Aposentados..... 3 elementos

Nota: Nos sectores podem figurar suplentes, cujo número não pode ser superior ao dos efectivos.

Conselho Fiscal – constituído por:

1 Presidente e 2 Vogais efectivos – sectores diferentes

2 Vogais suplentes – sectores diferentes

A eleição do Conselho Fiscal faz-se em simultâneo com a Direcção e a Mesa da Assembleia, mas em lista separada com boletins de voto de cor diferente (artigos 40º e 45º).

Mais esclarecimentos na Sede do SPM.

Funchal, 26 de Fevereiro de 2009

Pel' A Mesa da Assembleia Geral

(Rita Maria Dias Pestana)



Avaliação de Desempenho

SPM ausculta classe docente



O Sindicato dos Professores da Madeira promoveu, em Fevereiro, Plenários Concelhios para abordar, entre outros assuntos, duas matérias essenciais para os professores e educadores: concursos e avaliação do desempenho.

Em plena fase de regulamentação do ECD Regional, o SPM pretende ouvir e recolher as opiniões e contributos dos docentes para a construção de um modelo de avaliação de desempenho que valorize e dignifique, efectivamente, a função docente. Nesse sentido, disponibilizamos um inquérito – recebeu-o como encarte desta revista – que ainda pode ser respondido, se ainda não o fez. Depois de devidamente preenchido, deverá entregá-lo ao Delegado Sindical do seu estabelecimento de ensino e educação ou aos nossos serviços administrativos, a fim de ser considerado para o tratamento estatístico que o SPM levará a efeito.

Relativamente aos concursos, o SPM apresentou as propostas do Ministério da Educação relativas à revisão da legislação nacional para o recrutamento e selecção de pessoal docente, a vigorar já para o concurso no ano lectivo 2009/2010 e seguintes (ver artigo detalhado e actualizado na pág. 17 desta revista).

Petição na Assembleia Legislativa da RAM

Recuperação do tempo de serviço nas mãos da maioria parlamentar

O Sindicato dos Professores da Madeira entregou no dia 22, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a Petição «Pela Recuperação da Contagem do Tempo de Serviço “Congelado”» com cerca de 4.000 assinaturas e reuniu com os partidos políticos com assento no parlamento madeirense. Aguarda-se pela decisão da maioria parlamentar.

Na reunião com o Vice-Presidente da ALRAM, dr. Paulo Fontes, a quem a delegação do SPM entregou a petição, foi notória a receptividade com que esta iniciativa foi acolhida, o que nos permite alimentar algumas esperanças na eventual correcção desta injustiça pelo parlamento madeirense.

As expectativas positivas resultam do facto desta iniciativa ser suprapartidária; prever a recuperação do tempo de serviço “congelado” não apenas para os docentes mas também para os demais trabalhadores da administração pública regional; admitir o faseamento na sua aplicação; não ter implicações na mobilidade porque esse tempo já conta para efeitos de concurso; e ter o apoio dos partidos políticos que receberam o SPM em audiência (falta apenas o PSD).

A ausência de resposta do Grupo Parlamentar do PSD-M, que integra um professor – dr. Jorge Moreira – é inquietante, pois pode ser interpretada como desconforto dessa força partidária na abordagem desta matéria, na linha, aliás,

daquelas que foram as suas posições sempre que esta matéria foi discutida e votada na ALRAM. Mas, como provavelmente esta é a petição com maior número de subscritores – cerca de 4000 – alguma vez entregue no parlamento madeirense, há quem veja neste silêncio um ganhar de tempo do PSD-M, para internamente, reflectir melhor sobre o assunto, até porque também não deu seguimento, que se saiba, à sua manifestada intenção de desencadear, na Assembleia da República, uma iniciativa legislativa conducente à recuperação desse tempo de serviço. Para além disso, o argumento por si usado de que o Representante da República para a Madeira não deixaria passar uma iniciativa destas, por alegada incompetência da Assembleia Legislativa da RAM, deixou de ter consistência com a promulgação, nos Açores, de uma medida semelhante.

Em suma, a decisão final está nas mãos do PSD-M, que poderá corrigir esta grave injustiça, se tiver vontade política para tal. Tudo se resume a estas duas palavras. Tudo o mais serão desculpas de “mau pagador”... ◀



Jornada de Luta de 3/12

Greve e Concentração com adesão expressiva

A Greve Nacional e a Concentração no Parque de Santa Catarina, que decorreram no dia 3/12, tiveram uma adesão expressiva e atingiram os seus objectivos. Basta lembrar que cerca de 30 escolas encerraram.

Cerca de 50% de docentes aderiram, na RAM, a esta greve, o que constitui a adesão mais expressiva desde 2000. Na Concentração estiveram algumas centenas de manifestantes, que, embora não sendo em número significativo, é sempre digno de registo, tendo em conta as especificidades regionais.

O sucesso relativo destas iniciativas explica-se pela inclusão de motivos regionais, designadamente por um modelo regional de avaliação justo, simples e dignificador da função docente, pela Contagem Integral do Tempo de Serviço "Congelado" e pela Revogação da Prova Pública de Acesso ao 6.º Escalão.

Curiosamente, por causa da exigência de integração de objectivos regionais nesta luta, o SDP/M não viabilizou a constituição da Plataforma Sindical Regional, que teria como função promover e coordenar as iniciativas previstas para essa data.

Na Concentração usaram da palavra João de Sousa (Vice-Coordenador), Rita Pestana

(Presidente da Mesa da As. Geral) e Marília Azevedo (Coordenadora), que historiaram a luta dos docentes por uma avaliação de desempenho justa e dignificante da função docente, quer a nível nacional quer regional. Foi aprovada uma moção (cf. Síntese na caixa ao lado), que foi entregue pessoalmente na SREC e nos serviços do Representante da República.

Forte mobilização

O Sindicato dos Professores da Madeira mobilizou a classe docente para a Jornada de Luta de 3/12, através do Tempo de Antena e de plenários para abordar a Regulamentação do ECD-RAM e a situação político-sindical. Para além disso, o SPM deu uma conferência de imprensa para apresentar as razões da luta e apelar à adesão dos professores e educadores. Registe-se ainda a realização da Assembleia Geral de Sócios, que aprovou uma moção de apoio a estas formas de luta.

Decisivo foi, indubitavelmente, a acção dos Delegados Sindicais, que se reuniram a 21/11 para preparar estas acções. ◀

Síntese da Moção

A Moção aprovada, por unanimidade, pelos Professores e Educadores reunidos em Concentração/Plenário, no Parque de Santa Catarina, no dia 3 de Dezembro de 2008, contempla exigência de âmbito regional e nacional, que destacamos:

NO PLANO REGIONAL:

1. Um modelo de avaliação de desempenho para os docentes em exercício na Região Autónoma da Madeira que valorize e dignifique a função docente, apostando, verdadeiramente, naquilo que é fundamental: a melhoria da qualidade das aprendizagens e o sucesso dos alunos;
2. A contagem integral do tempo de serviço congelado entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007 para efeitos de progressão na carreira;
3. A Revogação de Prova Pública de acesso ao 6.º escalão, porque não tem fundamento pedagógico mas apenas economicista.

NO PLANO NACIONAL:

1. A suspensão deste modelo de Avaliação;
2. Um Estatuto de Carreira Docente digno e valorizador;
3. Um regime de Concursos justo; Horários de Trabalho justos e pedagogicamente correctos.



Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações

Através da publicação da Lei n.º12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o Governo da República introduziu alterações nos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e definiu o novo regime jurídico-funcional aplicável às várias modalidades de constituição da relação jurídica de emprego público, que passaram a ser as seguintes: contrato por tempo indeterminado, a termo resolutivo, certo ou incerto; nomeação e comissão de serviço.

De acordo com este novo normativo legal, apenas serão nomeados os trabalhadores que exerçam actividades relativas a missões genéricas e específicas das Forças Armadas, representação externa do Estado, informações de segurança, investigação criminal, segurança pública e inspecção (art.10º), excluindo desta modalidade de relação jurídica as restantes funções públicas que transitaram, desde o dia 1 de Janeiro de 2009, para a modalidade de contrato por tempo indeterminado (ponto 4 do art.88º).

Na Região Autónoma da Madeira, a Assembleia Legislativa Regional, através do Decreto Legislativo Regional n.º1/2009/M, de 12 de Janeiro, procedeu à adaptação à administração regional autónoma da Madeira da Lei n.º12-A/2008, que estabelece um regime mais favorável, uma vez que prevê, no ponto 1 do artigo 4º que: "Os actuais trabalhadores da administração regional autónoma nomeados definitivamente mantêm a nomeação definitiva, sem prejuízo de poderem optar pela transição para o regime de contrato por tempo indeterminado, nos termos previstos na Lei n.º12-A/2008, caso manifestem essa intenção por escrito, no prazo de 90 dias, contados da entrada em vigor do presente diploma ou do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP)." Desta forma, os docentes com nomeação definitiva em exercício de funções na RAM, mantêm, se assim o entenderem, a natureza do seu vínculo e não transitam para a modalidade de contrato por tempo indeterminado.

Legislação Nacional

- Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro – Aprova o Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas.

- Decreto-Lei n.º 246/2008, de 18 de Dezembro – Estipula em € 450 o valor da retribuição mínima mensal garantida a que se refere o n.º1 do artigo 266º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto.

- Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de Dezembro – Aprova a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas e o adicional à remuneração é actualizado em 2,9%.

- Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de Dezembro – Procede à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios, para os trabalhadores em funções públicas. O subsídio de refeição é actualizado em € 4,27.

- Decreto Regulamentar n.º 1-A/2009, de 5 de Janeiro – Define o regime transitório de avaliação de desempenho do pessoal docente de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

- Decreto Regulamentar n.º 1-B/2009, de 5 de Janeiro – Estabelece os suplementos remuneratórios a atribuir pelo exercício dos cargos ou funções de director, subdirector e adjuntos

de agrupamentos de escolas ou escola não agrupada.

- Despacho n.º 2563/2009, de 20 de Janeiro – Aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano 2009.

- Despacho n.º 2869, de 22 de Janeiro – Procede à alteração do Calendário Escolar para o ano lectivo 2008/2009.

- Despacho n.º 3006, de 23 de Janeiro – Procede à alteração do instrumento legal pelo qual foram aprovados os modelos de impresso das fichas e das regras para aplicação das ponderações e dos parâmetros classificativos.

- Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro – Define a protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas.

- Lei n.º7/2009, de 12 de Fevereiro – Aprova a revisão do Código do Trabalho.

- Portaria n.º 212/2009, de 23 de Fevereiro – Identifica os requisitos que conferem habilitação profissional para a docência nos grupos de recrutamento da educação especial, a que se refere a alínea e) do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro.

- Decreto-Lei n.º 51/2009, de 27 de Fevereiro – Altera e republica o Decreto-Lei n.º20/2008, de 31 de Janeiro, que regula o concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

- Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março – Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar.

Legislação Regional

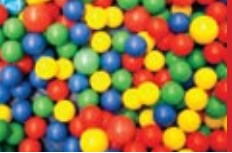
- Despacho n.º 87/2008, de 31 de Outubro – Estabelece as regras e princípios orientadores a observar, em cada ano lectivo, na organização do horário semanal do pessoal docente em exercício de funções nos estabelecimentos públicos de educação e de ensino. Revoga o Despacho n.º 13/2006, de 29 de Maio.

- Portaria n.º 193/2008, de 31 de Outubro – Define as condições em que o pessoal docente dos estabelecimentos de educação e de ensino e das instituições de educação especial pode usufruir de dispensa para formação. Revoga o Despacho n.º 107/2005, de 30 de Setembro.

- Portaria n.º 7/2009, de 26 de Janeiro – Altera a Portaria n.º 193/2008, de 31 de Outubro, no que diz respeito à dispensa para formação no caso dos docentes de educação especial em exercício de funções nas escolas.

- Despacho n.º 5/2009, de 30 de Janeiro – Aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano 2009 na Região Autónoma da Madeira.

- Ofício-Circular n.º 10/2009, de 10 de Fevereiro – Clarifica as condições a norma transitória prevista no Estatuto da Carreira Docente da RAM relativa à bonificação do tempo de serviço por aquisição por docentes profissionalizados integrados na carreira do grau académico de mestre ou doutor.



Festa de Natal anima filhos dos sócios



Decorreu no passado dia 8, no Madeira Tecnopolo, a tradicional Festa de Natal para os filhos dos sócios do SPM. A principal sala de sessões esteve esgotada, o que prova o sucesso desta iniciativa junto dos docentes na RAM. A animação esteve a cargo da Equipa de Animação do Gabinete Coordenador de Educação Artística e da dupla professora Paula Olim e sua filha Iara.



Regalias / Descontos

O SPM assinou novos Protocolos com empresas madeirenses, cujos nomes e descontos apresentamos abaixo:

▶ Clínica Mad Med

A Clínica Mad Med - Serviços Médicos Dentários, Lda, situada na Rua Visconde de Anadia, nº 19 – 4º andar, sala Y, 9050-020 Funchal, oferece um desconto de 20% em qualquer tratamento prestado aos associados do SPM e seus descendentes directos.

▶ Clínica da Figueira Preta

As Médicas dentistas Cátia Caires, Maria Teresa Nunes e Cláudia Sofia Antão, que dão consultas na Clínica da Figueira Preta, situada na Rua da Figueira Preta, n.º 17, 4.º andar, oferecem descontos aos associados do SPM, extensivos aos seus descendentes directos. Os descontos diferem em função do tipo de tratamento e traduzem-se da seguinte forma:

- Consultas de diagnóstico oral e medicina dentária preventiva.....15%
- Consultas de dentistrina operatória.....10%
- Consultas de endodontia.....10%
- Consultas de periodontologia.....15%
- Consultas de prótese removível.....10%
- Consultas de prótese fixa.....10%
- Consultas de cirurgia.....15%
- Consultas de implantologia.....5%
- Consultas de ortodontia.....10%

▶ Entrepasto da Cancela

- Lavagem de veículos ligeiros: 6 € + IVA*
- Mudança de óleo e verificação de travões: oferta da mão de obra (só paga o material)
- Lavagem inclui: aspiração, limpeza interior, exterior, porta-bagagens e secagem de vidros.

▶ Fisioterapeuta Andreia Freitas

Presta serviços de fisioterapia/sessões de alongamentos aos associados do SPM pelo preço de 12,50, nas instalações do SPM (Edifício Elias Garcia III, 1.º A), no seguinte horário: 2.ª e 4.ª das 18.18.30; 6.ª das 17.18.30.



Fotos da Concentração de 3/12

